

Surrealismo bancário ^{O GLOBO}

22 JAN 1995

ALOYSIO CAMPOS DA PAZ JR.

“...Reativar um hospital falido pode ser muito lucrativo. Essa, ao menos, é a conclusão a que chegou a direção da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O presidente da Previ, José Waldir Ribeiro, anunciou ontem que sua entidade — controladora de um capital estimado em US\$ 12 bilhões — examina a possibilidade de reabrir o hospital paulista Umberto Primo, fechado desde 1993. Será o primeiro programa de investimentos da Previ na área da saúde. Ribeiro não adiantou quanto será aplicado no projeto, mas seu diretor de Administração, Edson Monteiro, não seguiu o entusiasmo. Ele disse que o retorno, em um caso desses, pode ficar entre 18% e 20%. Isso é um negócio muito lucrativo... O presidente da Previ disse ainda que examina a forma de investir na privatização das estradas, ‘mas são estudos preliminares que vão nos habilitar a participar desse tipo de empreendimento quando o Governo decidir realmente fazê-lo’...”

Há momentos na vida de uma sociedade onde o absurdo passa a ser cotidiano e torna-a um conjunto de cinicos. A notícia fria, transcrita do caderno de economia do jornal “Correio Braziliense”, de 18 de janeiro, pode ser traduzida da seguinte maneira: os funcionários do Banco do Brasil passarão a ter seu fundo de pensões aumentado em até 20%, às custas da doença ou da corrupção.

Em qualquer país do mundo sabe-se que a assistência médica é deficitária e só poderá gerar “mais valia” se a doença for criada; ou, como vem acontecendo no Brasil com a corrupção gerada com o modelo de pagamento por serviço do SUS, o sistema AIHs. Como alternativa, pode-se negar a doença, como fazem as seguradoras médicas: “Sorry, aidéticos nós não tratamos...” Em outras palavras, se rouba instalando-se a corrupção, criando-se elegantes sistemas informatizados, onde a doença só existe como ficção eletrônica, e assim a conta é enviada para o Governo: cesarianas em homem, operações de fimose em mulheres e quilômetros de esparadrapo num curativo, ou não se trata aquilo que “dá prejuízo”...

Exagero?

O ministro da Saúde descobriu, como O GLOBO informou, que em município do interior de São Paulo mais de 100% da população foi hospitalizada, no período de apenas um ano: epidemia da fraude!

O que está acontecendo hoje no Brasil é que o pão está saindo queimado do forno. E ao invés de se me-

xer no forno, discute-se o melhor controle da massa do pão, que já averiguada, por todos os fiscais, tem o certificado de podridão. Estes bancários deviam testar a temperatura do forno, ou se internarem neste hospital que vai dar lucro de 20%!

Nos anos 60, o Brasil estabeleceu como paradigma de assistência médica o modelo americano, segundo o qual o médico deveria receber uma remuneração adicional por procedimento efetuado em seus pacientes, ou seja, o “pagamento por produtividade”. Nos Estados Unidos, o surgimento desse modelo correspondeu às pressões para a universalização do acesso à saúde, característica central do *welfare state*. O capítulo final disso pode ser resumido na declaração do presidente da Academia Americana de Cirurgia Ortopédica, Marc F. Swolonthowski, em abril de 94:

**“A descoberta...
deixa claro
que o sistema
de assistência
médica no
Brasil dá lucro”**

“O sistema financeiro de pagamento do médico de acordo com o número de clientes atendidos e a complexidade de cada caso proporcionam incentivos para procedimentos cirúrgicos em vez de períodos de observação ou métodos não invasivos.”

No Brasil, a adoção do “pagamento por produtividade” não passou de uma estratégia de compensação salarial que visava a manter o médico trabalhando no hospital público como se em seu consultório estivesse. Se ele operasse mais, ganharia mais, e se fizesse um procedimento mais complexo, ganharia mais ainda... Quando a Constituição de 1988 aceitou a “participação complementar” da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde, liquidou com qualquer possibilidade de que este viesse, um dia, a ser conseqüente. Porque agora os hospitais públicos vivem em estado de greve permanente,

imobilizados pelo corporativismo miope e autofágico dos “operários da saúde”, fazendo com que o povo morra nos corredores ou seja obrigado a procurar assistência nos hospitais particulares, na verdade concessionários do Estado, onde trabalham os mesmos “operários” que, nos públicos, estão em greve. E é a partir desses equívocos que o bancário pretende aumentar o seu pecúlio!

A descoberta da Previ deixa claro que o sistema de assistência médica no Brasil dá lucro, ao contrário do que apregoam os seus defensores, pois a Previ é conhecida por saber “as coisas do mercado” e aplicar bem seu dinheiro. Se não, de onde os 12 bilhões? Ora, o lucro mencionado só poderia ser gerado por uma extraordinária eficiência de gestão que nem os americanos conseguiram ou então pela geração da doença e institucionalização da corrupção. Ao lado disso, mandar cinicamente aidéticos, paralíticos, ou quaisquer outros doentes de alta complexidade às favas. Afinal, estes dão “prejuízo”... Quem raciocina como o presidente da Previ abdicou de qualquer direito, na sociedade que pretendemos construir. Seu sistema se define como expropriador da saúde. Lucra com a doença. E é bom que os seus 140 mil associados saibam disso, porque é curioso que ele também pretende investir na privatização das estradas, provavelmente para esbandalhá-las de vez e gerar mais acidentes que serão “eficientemente” cozidos no forno do sistema vigente de pagamento da assistência médica.

Agora só falta o mencionado cidadão (?), que está tão animado com o lucro na medicina, sugerir ao Governo a privatização dos institutos médico-legais abrindo concomitantemente uma empresa funerária...

A única solução ética para a assistência médica é a recuperação e manutenção competente dos hospitais públicos com o dinheiro do orçamento que hoje está indo pelo ralo da corrupção. Nos hospitais públicos, é bom que se saiba, os serviços não são propriamente gratuitos, mas na realidade pagos com a moeda mais justa e pessoal de um povo — os recursos do cidadão contribuinte, repassados pela União — merecendo, portanto, todos os usuários, igualmente de atenção, de consideração, de respeito. Se esses hospitais públicos, recuperados no equipamento e na doutrina de trabalho, passarem a atender também as classes dominantes, ninguém mais contestará na prática que a assistência médica é dever do Estado!

Aloysio Campos da Paz Júnior é presidente da Associação das Pioneiras Sociais.